

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Referência: Meta 2023.020 | Processo nº 25389.000293/2025-13

Com base na Instrução Normativa (IN) Seges/ MPOG nº 05/2017, as contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para Análise da sua Viabilidade Técnica e Impacto Ambiental, Avaliação do Custo da Obra e Definição dos Métodos e Prazo de Execução que servirão para elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração Pública.

Portanto, registra-se que o objetivo do presente documento é definir tais condicionantes, predecessoras à elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico a serem desenvolvidos posteriormente.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. JUSTIFICATIVA

Em âmbito mais geral, a contratação se justifica pela contribuição para a redução das desigualdades e iniquidades no campo da saúde, da ciência e tecnologia em saúde e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde; já em âmbito específico, relacionado diretamente aos objetivos estratégicos da Fiocruz, se justifica pelo provimento direto e indireto das condições necessárias de infraestrutura para o desempenho de sua missão institucional.

Atualmente, as instalações do INCQS apresentam deficiências significativas que comprometem o pleno desempenho das atividades de pesquisa da Fiocruz. **A infraestrutura atual não está totalmente adequada às normas vigentes de biossegurança, segurança do trabalho, ergonomia, prevenção de incêndio e pânico, e acessibilidade universal.** Isso cria riscos operacionais, limita a capacidade de armazenamento de materiais sensíveis, dificulta a modernização dos equipamentos e sistemas, e pode impactar a conformidade com exigências de órgãos reguladores.

A contratação desta obra representa uma oportunidade para a **modernização e expansão da infraestrutura da Fiocruz**, permitindo-nos:

- **adequar os espaços às normas técnicas e regulatórias**, incluindo biossegurança, segurança do trabalho, ergonomia, combate a incêndio e pânico, e acessibilidade;
- **otimizar e ampliar a utilização dos espaços**, reorganizando as áreas para melhor atender às demandas atuais e futuras. A transferência da área de ensino para o segundo pavimento abrirá espaço vital no subsolo para o armazenamento seguro de amostras e insumos laboratoriais, enquanto o primeiro pavimento manterá e qualificará seu uso laboratorial, abrigando a Central de Amostras e o LSH;
- **modernizar os sistemas prediais**, incluindo a instalação de equipamentos de HVAC dedicados às áreas laboratoriais e de ensino na nova área técnica, juntamente com a centralização da Tecnologia da Informação (TI) do INCQS;
- **fortalecer o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS)** ao prover infraestrutura de ponta, essencial para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias que contribuam para a redução das desigualdades e iniquidades em saúde no Brasil.

Em síntese, este investimento em infraestrutura é uma **ação indispensável para assegurar melhor condições de trabalho para desempenho das atividades do INCQS, o que contribui para a capacidade da Fiocruz** em responder aos desafios sanitários e tecnológicos atuais e futuros.

2.2. ESCOPO E OBJETIVOS

Esta contratação tem por objetivo a obra para reforma com ampliação do Bloco 5 do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), inclusive áreas laboratoriais, localizado no Campus Manguinhos da Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ.

O escopo da contratação abrange a execução de obra e serviços correlatos, incluindo fornecimentos e instalações, testes, comissionamento e operação assistida, além da gestão direta dos serviços.

O Contratado também deverá ser capaz de realizar – diretamente ou por subcontratação:

- planejamento de execução de obra (faseamento e logística);
- projeto de canteiro de obras conforme planejamento de execução de obra e local;

3. ÁREA REQUISITANTE

Coordenação de Projetos e Obras (CPO)/ Cogic; Ana Paula Medeiros, matrícula Siape nº 1791789.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida não possui natureza de serviço continuado.

A contratação prevê a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, e de materiais com registro e informações técnicas e construtivas (manuais de uso e manutenção, *databooks*, termos de garantia, dentre outros), sem perda de informações, podendo ser exigido do Contratado, no que couber, capacitar os técnicos do Contratante ou qualquer representante designado.

4.1. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de execução deverá ser de 20 (vinte)] meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS); o prazo de vigência deverá ser de 29 (vinte e nove)] meses.

Observação: o prazo de vigência excede o prazo de execução em 9 (nove) meses porque comporta (i) apresentação da documentação prévia à execução (1 mês); (ii) recebimentos provisório e definitivo (4 meses); (iii) pagamento da última medição de serviço (1 mês) e (iv) extensão de prazo para abarcar eventuais suspensões do prazo de execução (3 meses).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em nível preliminar foi realizada a coleta e análise de informações sobre preços, condições, relações de custo *versus* benefícios e práticas de mercado relacionadas ao objeto a ser contratado, com o objetivo de fornecer subsídios para tomada de decisão por parte da Administração em relação à contratação. Foram definidos os seguintes parâmetros de análise:

- valor estimado da contratação: definido a partir de composição de custos obtidos em banco de dados público;
- fonte para obtenção do valor estimado: preços constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), de banco de dado público para obras e serviços de Engenharia;
- análise de custo para diferentes alternativas de solução técnica: não aplicável;
- identificação de fornecedores ou prestadores de serviços: empresas que atuam no ramo de Arquitetura e Engenharia;

- expectativa de variação de preços no decorrer da contratação: não há variação significativa de preços prevista;
- avaliação da viabilidade econômica: foram considerados (i) a justificativa e os objetivos institucionais; (ii) os resultados pretendidos; (iii) o valor estimado praticado no mercado; (iv) a análise de diferentes soluções técnicas (no que cabível); (v) fornecedores ou prestadores de serviço capacitados a prestar o serviço; (vi) expectativa de variações de preço; e (vii) o planejamento orçamentário da Administração.

5.1. CONDIÇÕES GERAIS PARA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Embora o objeto da contratação tenha características singulares, uma vez que atende a especificidades rigorosas estabelecidas a partir da formulação de programa de necessidades e levantamentos técnicos, a maior parte dos serviços e materiais são de natureza corrente, tendo seus custos estabelecidos a partir das tabelas de referência do Sinapi ou outra fonte pública reconhecida.

Sempre que cabível tecnicamente, serão consideradas instalações, sistemas e equipamentos de natureza comum que não requerem fabricação exclusiva, reduzindo o custo total da contratação.

Nas composições cuja definição de custo através do Sinapi se mostrar inviável, serão utilizados como referência os seguintes bancos de dados: Sistema de Custo de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (SCO) e Sistema de Boletim de Custos (SBC), sendo substituídos os custos dos insumos pelos do Sinapi.

Por último, para serviços, materiais construtivos, sistemas ou equipamentos que não forem contemplados pelo Sinapi, será realizada pesquisa de mercado, adotando-se as diretrizes da IN Seges/ME nº 73, de 2020.

Cabe ressaltar que o orçamento estimativo a ser elaborado pela Administração será meramente referencial, sendo de inteira responsabilidade da licitante toda e qualquer conferência de quantidades de serviços necessários para o cumprimento integral do objeto e do escopo da licitação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A edificação, que é destinada às atividades de pesquisa, gestão de TI e ensino, totaliza 2.765,65 m², subdivididos nas seguintes áreas:

- subsolo que irá armazenar amostras biológicas e insumos do Laboratório de Sangue e Hemoderivados (LSH): 414,96 m²;
- 1º pavimento que irá abrigar a Central de Amostras e o Laboratório de Sangue e Hemoderivados (LSH) – atividades laboratoriais de nível de risco biológico II: 789,45 m²;
- pavimento técnico que irá funcionar como casa de máquinas para os laboratórios do 1º pavimento e a área de ensino do 2º andar; e espaço para armazenamento de equipamentos e para a gestão de TI da Unidade: 780,62 m²;
- 2º pavimento que irá abrigar toda a área de ensino do INCQS: 780,62 m²

Observação: na metragem acima descrita estão incluídas as áreas de circulação (horizontal e vertical) e espaços de apoio técnico diretamente ligados às atividades finalísticas.

Por se tratar de *campus* com um conjunto de elementos já construído, a CONTRATADA deverá respeitar (i) as construções (notadamente aquelas que forem históricas e tuteladas); (ii) a infraestrutura e a urbanização (redes, vias, calçadas, mobiliário e sinalização); e (iii) os elementos arbóreos e o paisagismo.

Nesse sentido, alterações que não digam respeito ao objeto da contratação deverão ser encaradas como excepcionalidade, de modo a minimizar reformulações e/ou ajustes que onerem a execução.

Para execução da obra foi definido o seguinte planejamento, amplamente debatido e aprovado pelas autoridades competentes, tanto na Unidade demandante quanto na Cogic: (i) as áreas serão entregues à construtora integralmente desmobilizada (com exceção da Central de Amostras); (ii) o canteiro de obras será instalado utilizando-se de containeres, cuja desmobilização seja integral após o término das obras, incluindo a recuperação de calçadas, pavimentações e instalações provisórias; (iii) as obras poderão ocorrer em horários noturnos ou finais de semana, mas somente para situações pontuais e imprescindíveis -- nestes casos, será obrigatória comunicação prévia à fiscalização e execução somente após aprovação; (iv) deverá ser instalada cremalheira (elevador de obra) para realização da obra; (v) interrupções no fornecimento de energia elétrica, água ou telecomunicações são proibidas, à menos que seja elaborado plano de contingência prevendo-se a utilização de geradores para suprimento de energia, reservatórios provisórios de água e formas alternativas de comunicação; esta recomendação vale inclusive para horários noturnos e finais de semana; e (vi) será elaborado Plano de Comunicação aos usuários da Unidade contemplando as macro-etapas previstas, eventuais necessidades de interrupção no fornecimento de elétrica e água com indicação das ações de contingência, e metas de entrega; o plano de comunicação deverá ser disseminado através da fiscalização de obras.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Será elaborada oportunamente planilha orçamentária com a estimativa das quantidades a serem contratadas, que será baseada em projetos de diferentes disciplinas e memórias de cálculo, e levará em consideração a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A contratação está estimada em R\$ 18.435.671,84 (dezoito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e um reais, e oitenta e quatro centavos).

Serão apresentados oportunamente o Projeto e as planilhas orçamentárias com a composição e valores de itens detalhados.

Observação: o valor apresentado acima tem caráter estimativo com base em Estudo Preliminar; portanto, em função do desenvolvimento do Projeto – que irá proporcionar um detalhamento de especificações e melhor quantificação dos serviços previstos -- poderá haver divergência entre o valor ora apresentado e aquele que será definido, oportunamente, como referência para a licitação e constará na Nota Técnica da contratação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando que (i) se trata de objeto de Engenharia cuja execução vincula diferentes serviços técnicos, materiais, instalações, sistemas e equipamentos indissociáveis para o resultado final pretendido; (ii) a responsabilização técnica é atrelada ao conjunto da execução, aceitando-se distinção somente para as diferentes disciplinas; (iii) a garantia da contratação é integral, não sendo subdivisível por suas partes, componentes ou etapas; (iv) não se identifica vantajosidade ou economicidade com o parcelamento da solução; (v) existe grave risco para a Administração de não ser atingido o objetivo pretendido por conta do eventual parcelamento da execução ou repartição de responsabilidades.

A divisão do objeto não é aplicável, no entanto, também não representa perda de economia de escala.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação proposta foi elaborada a partir de diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Plano Quadrienal da Fiocruz (PQ) ou pelo Plano Plurianual (PPA).

Por este motivo, foi elencada no **Plano Anual de Contratações (PAC)** e na programação de serviços da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), unidade responsável pela gestão de infraestrutura da Fiocruz.

A contratação está alinhada com o **Plano Diretor de Logística Sustentável**, no que é cabível para o objeto da contratação.

Além de considerar **outros instrumentos de planejamento da Administração** -- Decreto nº 10.947/2022, art. 7º da IN Seges/ME nº 81/ 2022 e Portaria Seges/ME nº 8.678/2021.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Em sentido amplo, a contratação pode contribuir para a geração de emprego e renda, o estímulo ao desenvolvimento de competências e conhecimentos técnicos na área de atuação da saúde pública e do complexo industrial da saúde, e o incentivo à articulação da cadeia de produção da construção civil.

De modo específico, com a contratação espera-se prover espaços de trabalho funcionais, ergonômicos, seguros e agradáveis, adequados às normas vigentes de Segurança do Trabalho, Segurança Contra Incêndio e Pânico (Corpo de Bombeiros) e Acessibilidade Universal; além de normas específicas de Biossegurança, Vigilância Sanitária (municipal e/ou estadual), e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde -- conforme cada caso -- e demais legislações e normas vigentes.

Além disso, projetam-se os seguintes **benefícios estratégicos e operacionais**:

- **aprimoramento da segurança e conformidade:** garante a conformidade com as normas de segurança e biossegurança, minimizando riscos e protegendo a vida e a saúde de pesquisadores, técnicos e visitantes;
- **otimização e expansão da capacidade operacional:** liberação de áreas estratégicas para armazenamento de amostras e insumos laboratoriais, fundamental para a pesquisa, além de modernizar e qualificar os laboratórios existentes;
- **eficiência e sustentabilidade:** implementação de sistemas prediais modernos e eficientes (HVAC, TI), resultando em melhor controle ambiental, redução de custos operacionais e maior sustentabilidade energética;
- **avanço científico e tecnológico:** provisão da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de pesquisas de ponta, inovação em saúde e fortalecimento da capacidade produtiva da Fiocruz;
- **melhoria do ambiente de trabalho:** criação de espaços mais adequados, ergonômicos e acessíveis, promovendo maior conforto, produtividade e bem-estar para os colaboradores da instituição;
- **contribuição para a saúde pública:** ao fortalecer a capacidade da Fiocruz, a obra indiretamente contribui para a redução de desigualdades em saúde, o desenvolvimento de novos diagnósticos, vacinas e tratamentos, impactando positivamente a qualidade de vida da população brasileira.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em função da natureza da contratação e das exigências estabelecidas, não há necessidade de adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram identificados impactos ambientais relevantes e não será necessário realizar licenciamento ambiental no âmbito da contratação.

14.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serão assumidos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental visando à redução do consumo de energia e água, e geração de resíduos gerais e de construção civil – tanto em relação (i) à procedimentos de desenvolvimento e gestão, (ii) à soluções técnicas de projeto e execução de obra ou serviços de Engenharia; ou (iii) à racionalidade de operação e manutenção da edificação.

Tais critérios e práticas estão baseados na IN SLTI/MPOG nº 1/2010, no art. 45 da Lei nº 14.133/2021, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 11.043/2022), no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS, Portaria Seges/ME nº 8.678/2021) e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (revisão setembro/2023), constituindo-se como condições que obrigatoriamente precisam ser observadas pelo Contratado, sem prejuízo de outras exigências a serem formuladas pela Administração.

A IN SLTI/MPOG nº 1/2010 estabelece que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional devem incluir critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras. Desse modo, conforme o art. 4º da referida IN, definem-se as seguintes exigências:

“[...] as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de Engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

[...] § 4º – No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de Engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).”

Considerando o art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, que estabelece a necessidade de inclusão nos editais de contratação da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas sempre que cabível, pode-se transcrever os seguintes elementos:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. [...]

Parágrafo único – O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.”

Nos termos do art. 45, incisos I, II e III, da Lei nº 14.133/2022, ficam definidos os seguintes critérios:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais; [...]”

O item 4.3.2 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 11.043/2022), estabelece como orientação a *"redução da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada"* através da diretriz (2A) de *"reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos e aumentar a reutilização de produtos"* e da estratégia (12) de *"incentivar a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, orientando, quando viável técnica e economicamente, a aquisição de produtos reutilizáveis"*.

O PLS estabelece práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, pautadas em práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços.

Em relação à execução da obra, o Contratado deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos (i) na Resolução nº 307/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); e (ii) na IN SLTI/MP nº 1/2010, art. 4º, §§ 2º e 3º, nos seguintes termos:

- o gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme cada caso;
- nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: (i) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros; (ii) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; (iii) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; (iv) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- a triagem deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada em áreas de destinação licenciadas para esta finalidade, respeitando as classes de resíduos;
- os resíduos deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;
- os resíduos deverão ser transportados em conformidade com as normas para o transporte de resíduos, destinados somente a locais licenciados e acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos;
- a documentação de Controle de Transporte de Resíduos deverá conter as assinaturas do gerador, do transportador e do receptor e deverá ser mantida no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos governamentais e da Fiocruz;
- para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme cada caso, o Contratado deverá comprovar, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estejam acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, todas de 2004;
- a empresa deverá possuir permissão da prefeitura local para prestação do serviço de coleta de entulho, e cadastramento no órgão de limpeza urbana local;
- o material recolhido deverá ser destinado a locais e áreas previamente indicadas e autorizadas pela Prefeitura, através de seu órgão de limpeza urbana, e conforme legislação vigente;
- para retirada do entulho e para seu transporte até a destinação final, deverão ser utilizados equipamentos e veículos automotores, de responsabilidade do Contratado, apropriados e licenciados conforme legislação vigente;

- os serviços de retirada, transporte e descarte deverão ser executados por profissionais devidamente treinados para o desempenho da atividade, portando EPI (equipamentos de proteção individual) adequados à realização do serviço;
- o processo de retirada, transporte e descarte do entulho, em local devidamente autorizado, é de inteira responsabilidade do Contratado;
- apresentar, após atendimento da solicitação de retirada, transporte e descarte do entulho, uma certidão atestando a destinação final do material para local adequado, autorizado pelo órgão de limpeza urbana do município, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a execução do serviço;
- em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A partir dos elementos elencados, declara-se que a contratação é viável.

16. RESPONSÁVEIS

Equipe de planejamento da contratação, conforme Portaria de designação que consta no Processo.

17. ANEXOS

Não se aplica.

MAPA DE RISCO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Referência: Meta 2023.020 | Processo nº 25389.000293/2025-13

Com base na Instrução Normativa (IN) Seges/ MPOG nº 05/2017, as contratações devem ter seus riscos gerenciados, a partir das seguintes atividades: (i) identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação; (ii) avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco; (iii) tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências; (iv) para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e (v) definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

2. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1. Risco: não realização de ações elencadas pela área técnica competente, constatada não conformidade.									
Causa do risco: falta de priorização ou recursos orçamentários, ou problemas administrativos ou jurídicos para licitação.									
Fase: <input checked="" type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato									
Probabilidade					Impacto				
<input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)					<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)				
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração									
Item da contratação: não aplicável									
Detalhamento da alocação: não aplicável									
Impactos: <ul style="list-style-type: none">• submeter trabalhadores e outros usuários da edificação ou espaço físico (interno ou externo) à riscos;• perder produtos ou prejudicar severamente processos de trabalho por falta de condições de infraestrutura;• prejudicar o funcionamento ou queimar equipamentos, ou deteriorar mobiliário e outros patrimônios públicos.									
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none">• sensibilizar gestores para a necessidade de implementação das adequações normativas e funcionais de adequação, apresentando as consequências;• sensibilizar trabalhadores e usuários sobre a necessidade de implementação das adequações, apontando claramente os prejuízos projetados.							Responsável (com CPF)		
							Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)		
							Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)		
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none">• solicitar interrupção das atividades pela falta de conformidade normativa ou funcional.							Responsável (com CPF)		
							Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)		

2. Risco: ausência de recursos para execução do projeto ou obra									
Causa do risco: contingenciamento orçamentário por parte de instâncias superiores.									
Fase: <input checked="" type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato									
Probabilidade					Impacto				
<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)					<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)				
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração									

2. Risco: ausência de recursos para execução do projeto ou obra	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> perda das especificações técnicas de serviços e materiais construtivos e prazo de validade do orçamento. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> confirmar aprovação da contratação junto à Coordenação-Geral de Planejamento (Cogeplan) e Diretoria Executiva (DE)/Presidência da Fiocruz; iniciar processo de licitação somente com recursos integrais garantidos. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> solicitar suspensão do processo ou, no limite, solicitar o cancelamento da contratação. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

3. Risco: conteúdo técnico com indefinições, divergências ou erros apontados pelos licitantes.	
Causa do risco: erros materiais.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input checked="" type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input checked="" type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> prejudicar o andamento do processo de licitação ou, no limite, anular o certame para substituir o conteúdo técnico. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> revisar sistematicamente as peças técnicas (projetos, cadernos de encargos e especificações, planejamento de execução, projeto de canteiro e planilhas orçamentárias). 	Responsável (com CPF) Leonardo de Lacerda (CPF nº 023.648.367-60)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> solicitar a suspensão do processo para implementação de alterações no conteúdo técnico, desde que o objeto da contratação não esteja comprometido; em seguida dar prosseguimento ao certame comunicando alterações aos interessados; solicitar a anulação do processo de licitação para substituição do conteúdo técnico, caso o objeto da contratação estiver comprometido; em seguida, iniciar novo certame regular. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

4. Risco: definição de requisitos ou qualificação técnica profissional ou operacional insuficientes que não permitam a contratação de empresa qualificada.	
Causa do risco: falta de entendimento pleno do objeto da contratação.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input checked="" type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	

4. Risco: definição de requisitos ou qualificação técnica profissional ou operacional insuficientes que não permitam a contratação de empresa qualificada.	
<ul style="list-style-type: none"> dificuldades na seleção de fornecedor e execução da contratação no que diz respeito a qualidade do produto, comprometimento de prazos e apresentação das exigências contratuais. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> fundamentar a contratação com exigências sólidas e bem embasadas. 	Responsável (com CPF) Leonardo de Lacerda (CPF nº 023.648.367-60)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> estudar (i) alternativas para contratação sob o âmbito técnico, administrativo e legal; e (ii) jurisprudência dos órgãos de controle externo para explorar limites admissíveis. 	Responsável (com CPF) Rodrigo N. Costa (CPF nº 052.514.567-27)

5. Risco: definição de exigências ou qualificação técnica profissional ou operacional exageradas que possam cercear o caráter competitivo do certame licitatório.	
Causa do risco: falta de entendimento pleno do objeto da contratação e excesso de precaução da equipe técnica.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input checked="" type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> impugnação do Edital da contratação, seja pelas empresas interessadas que se sentirem prejudicadas ou seja pelo Tribunal de Contas da União (TCU), através de via administrativa ou judicial. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> estudar (i) alternativas para contratação sob o âmbito técnico, administrativo e legal; e (ii) jurisprudência dos órgãos de controle externo para explorar limites admissíveis. 	Responsável (com CPF) Rodrigo N. Costa (CPF nº 052.514.567-27)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> solicitar a suspensão do processo de licitação para implementação de correções nas peças técnicas, desde que o objeto da contratação não esteja comprometido. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

6. Risco: atrasos na formalização da contratação pela ausência de comprovação de documentos ou profissionais exigidos em Edital pela empresa – apresentação de (i) equipe técnica mínima; (ii) certidões válidas; e (iii) garantias contratuais.	
Causa do risco: falta de organização administrativa e operacional.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input checked="" type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> comprometimento da execução do cronograma da contratação. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> formalizar exigência de apresentação de documentação pertinente à empresa vencedora do certame licitatório no menor prazo possível. 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

6. Risco: atrasos na formalização da contratação pela ausência de comprovação de documentos ou profissionais exigidos em Edital pela empresa – apresentação de (i) equipe técnica mínima; (ii) certidões válidas; e (iii) garantias contratuais.	
Ações de contingência:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> negociar com empresa vencedora, a partir da revisão do cronograma da contratação, na tentativa de mitigar o atraso inicial com ganho de produtividade em etapas de execução. 	M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

7. Risco: conteúdo técnico com indefinições, divergências ou erros apontados pelo Contratado.	
Causa do risco: erros materiais.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> contratação fora dos parâmetros estabelecidos com prejuízos eventuais para atingir os resultados pretendidos; necessidade de promover mudanças no escopo da contratação. 	
Ações preventivas:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> revisar sistematicamente o conteúdo técnico (projetos, cadernos de encargos e especificações, planejamento de execução, projeto de canteiro e planilhas orçamentárias). 	Leonardo de Lacerda (CPF nº 023.648.367-60)
Ações de contingência:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> rever a contratação para formalizar Termo Aditivo corretivo ou encerramento do Contrato para situações em que o objeto estiver comprometido. 	M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

8. Risco: execução incorreta pelo Contratado, seja em função de entregas fora do escopo (requisitos e exigências) ou de prazos descumpridos.	
Causa do risco: incompreensão do conteúdo técnico ou erros materiais, ou falhas de planejamento de execução.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input checked="" type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> comprometimento dos resultados da contratação e, em última instância, das metas institucionais dependentes do provimento de estrutura de trabalho adequada. 	
Ações preventivas:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> realizar Reunião de Partida de Serviço (RPS) abordando detalhadamente (i) os requisitos e exigências definidos no Termo de Referência ou Projeto Básico da contratação; (ii) a metodologia de execução dos serviços; e (iii) os produtos e seus marcos de entrega; realizar fiscalização em tempo integral da contratação. 	Leonardo de Lacerda (CPF nº 023.648.367-60) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98)
Ações de contingência:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> exigir apresentação de documentos de contratação revisados (planejamento global e detalhado) para monitoramento pela Administração; 	M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

8. Risco: execução incorreta pelo Contratado, seja em função de entregas fora do escopo (requisitos e exigências) ou de prazos descumpridos.	
<ul style="list-style-type: none"> solicitar notificação de não conformidade, aplicação de penalidades e rescisão contratual. 	Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

9. Risco: impossibilidade de início de execução ou continuidade dos serviços por solicitação da área demandante devido a (i) impossibilidade de liberação de áreas nos prazos contratuais e/ou (ii) mudança de escopo	
Causa do risco: imprevistos institucionais e/ou mudanças funcionais, operacionais ou técnico-normativas.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> mudança no prazo da contratação com consequente formalização de Termo Aditivo. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> após aprovação de novo escopo, estando dentro dos limites percentuais legais para formalização de aditivo de acréscimo ou supressão, formalizar aditamento contratual. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> estudar alternativas técnicas de suspensão contratual até superação do imprevisto ou impasse, respeitado o prazo legal; solicitar rescisão do contrato. 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

10. Risco: impossibilidade de início de execução ou continuidade dos serviços por restrição financeira.	
Causa do risco: contingenciamento orçamentário.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> interrupção da execução com consequente atraso do cronograma físico-financeiro motivado pela Administração. 	
Ações preventivas <ul style="list-style-type: none"> solicitar acompanhamento sistemático do orçamento disponibilizado nas fontes de recurso para a execução de projetos e obras de reforma ou construção. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)
Ações de contingência <ul style="list-style-type: none"> suspender a execução até o prazo limite legal ou, no limite, solicitar a rescisão do Contrato. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

11. Risco: rompimento contratual decorrente de problemas ocasionados por qualquer uma das partes envolvidas.	
Causa do risco: descumprimento contratual e impossibilidade de alcançar acordo em bases legais.	

11. Risco: rompimento contratual decorrente de problemas ocasionados por qualquer uma das partes envolvidas.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> serviços não entregues ou entregues de modo inadequado tecnicamente ou incompleto. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> realizar acompanhamento sistemático da contratação no que concerne ao cronograma de execução previsto, a entrega efetiva de produtos, a normalidade do faturamento financeiro e a regularidade fiscal e tributária da empresa; empenhar esforços para garantir recursos para pagamento do cronograma físico-financeiro da contratação. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> fazer varredura nos documentos da contratação para verificação de não conformidades, omissões ou falhas de modo a manter registros corretos nos Processos (contratação e eventuais aditivos e apostilamentos, e pagamento). 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

12. Risco: bloqueio da continuidade da execução dos projetos por força de ação judicial movida pelo Contratado.	
Causa do risco: descumprimento contratual e impossibilidade de alcançar acordo em bases legais.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> impossibilidade momentânea de dar continuidade ao desenvolvimento dos serviços contratados com repercussões na entrega (produto) e utilização dos espaços, e garantia do orçamento aprovado. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> fazer varredura nos documentos da contratação para verificação de não conformidades, omissões ou falhas de modo a manter registros corretos nos Processos (contratação e eventuais aditivos e apostilamentos, e pagamento). 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> organizar ações com vista a contratação de remanescente ou realização de nova licitação, tão logo o bloqueio judicial seja suspenso. 	Responsável (com CPF) Rodrigo N. Costa (CPF nº 052.514.567-27)

13. Risco: ocorrência de acidentes graves durante a execução de obras	
Causa do risco: negligência, imprudência ou imperícia dos trabalhadores do Contratado.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input checked="" type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input type="checkbox"/> Administração	

13. Risco: ocorrência de acidentes graves durante a execução de obras		
Item da contratação: não aplicável		
Detalhamento da alocação: não aplicável		
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> atraso ou interrupção das atividades por afastamento ou morte de trabalhadores; processo trabalhista com eventual multa por responsabilidade subsidiária movido por órgãos fiscalizadores (MTE); aumento dos custos do contrato; prejuízos à imagem do Contratante. 		
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> implementar e fiscalizar o cumprimento rigoroso das normas de segurança do MTE; realizar treinamentos periódicos e obrigatórios com registro documental; fornecer e exigir o uso correto de EPIs para todos os trabalhadores; estabelecer plano de segurança com análise preliminar de riscos (APR); realizar inspeções periódicas no canteiro de obras com checklist de segurança; contratar técnico de segurança do trabalho com dedicação exclusiva. 		Responsável (com CPF) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> acionar plano de emergência com primeiros socorros e evacuação; comunicar imediatamente os órgãos competentes e registrar ocorrência; afastar a área do acidente e realizar perícia técnica; substituir os profissionais acidentados, quando necessário; readequar cronograma e revisar medidas de segurança antes de retomar as atividades. 		Responsável (com CPF) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98) Igor Varandas Ribeiro (CPF nº 091.566.697-98)

3. RESPONSÁVEIS

Equipe de planejamento da contratação, conforme Portaria de designação que consta no Processo.